



## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares	
	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	142.291	253
Pessoal Ativo	114.169	253
Pessoal Inativo e Pensionistas	28.122	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	37.541	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	9.491	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.050	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	104.750	253
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		105.003
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>		621.158.840
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,016904
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,046012		285.808
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,043711		271.515
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,041411		257.227

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE, Emitido em 27/MAI/2013 às 13h e 10min

<sup>1</sup>Valor referente à Portaria STN nº 288, de 23 de maio de 2013

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão

segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Republicação de Relatório de Gestão Fiscal, publicado anteriormente no D.O.U. nº 98, de 23 de maio de 2013, Seção 1, página 140, tendo em vista RCL alterada por meio da Portaria STN nº 288/2013.

IBERÉ COMIN NUNES  
Secretário de Orçamento e Finanças

HUGO PEREIRA FILHO  
Secretária de Controle Interno

JOSÉ HUMBERTO MOTA CAVALCANTI  
Diretor-Geral

Desª. MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE  
Presidente do Conselho

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

## PORTARIA Nº 76, DE 28 DE MAIO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de maio de 2012 a abril de 2013, anexo a esta Portaria.

Des. MARIO MACHADO

## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO DISTRITO FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCES- SADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	58.476	1.350
Pessoal Ativo	44.432	1.195
Pessoal Inativo e Pensionista	14.044	156
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.085	430
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.562	274
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.523	156
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	41.391	920
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a+IIIb)		42.311



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>	621.158.840
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,006812
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II, III do art. 20 da LRF) - <%> 0,023607	146.637
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,022427	139.307
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,021246	131.973

FONTE: SIAFI E CORF/SAO/TRE-DF. Emitido em 24/mai/2013 às 14h e 16m  
<sup>1</sup>Valores referentes à Portaria STN nº 288, de 23/05/2013.

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

WESLEY NOGUEIRA AMARAL  
 Gestor Financeiro

ARTHUR CEZAR DA SILVA JÚNIOR  
 Diretor-Geral

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO  
 Coordenador de Controle Interno

Des. MARIO MACHADO  
 Presidente do Conselho

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

#### PORTARIA Nº 2, DE 17 DE MAIO DE 2013(\*)

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

- Art.1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao período de jan/2013 a abr/2013.  
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA

#### ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JAN DE 2013 A ABRIL DE 2013		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R\$ Milhares		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	65.742	11.672
Pessoal Ativo	55.906	11.609
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.836	63
Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.790	9.904
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1	9.841
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.789	63
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	55.952	1.768
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		57.720
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>		621.158.840
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,009292
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,018088		112.355
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,017184		106.740
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,016279		101.120
FONTE: SIAFI, COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 17/mai/2013 às 14h e 30m.		
<sup>1</sup> Valor referente à Portaria STN nº 288, de 23/05/2013.		

Nota:

1) Durante o Exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

(\*) Republicada por ter saído no DOU de 20-5-2013, Seção 1, página 142, com incorreção no original, conforme RCL alterada por meio da Portaria STN nº 288/2013.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

#### PORTARIA Nº 315, DE 27 DE MAIO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXIX, do Regimento Interno do TRE/GO, resolve:

- Art. 1º Republicar o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional Eleitoral, publicado no Diário Oficial da União em 23 de maio de 2013, Seção 1, página 140, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), artigos 54, inciso III, e 55, inciso I, alínea a, e § 2º, referente ao período de maio de 2012 a abril de 2013.  
 Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Des. JOÃO WALDECK FELIX DE SOUSA

#### ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL DE 2013  
 RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 meses	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	104.604	69
Pessoal Inativo e Pensionistas	90.499	38
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	14.105	31
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária	13.461	68
	-	-